III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA II

JAQUELINE DE PAULA LEITE ZANETONI

RAYSSA RODRIGUES MENEGHETTI

CARINA DEOLINDA DA SILVA LOPES

Copyright © 2021 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direito administrativo e gestão pública II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carina Deolinda Da Silva Lopes, Jaqueline de Paula Leite Zanetoni, Rayssa Rodrigues Meneghetti – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-294-1
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Saúde: segurança humana para a democracia

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito administrativo. 3. Gestão pública. III Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA II

Apresentação

Com a utilização das tecnologias da comunicação e da informação, o CONPEDI mais uma vez comprova que adaptou de forma pioneira e efetiva o formato de seus eventos. Já na terceira edição virtual, com o recorte temático em "saúde e segurança humana para a sustentabilidade e cidadania", resta evidente o compromisso do CONPEDI com a pesquisa e com a qualidade no ensino.

O III Encontro Virtual do CONPEDI reuniu, em seus grupos de trabalhos e salas de pôsteres, trabalhos acadêmicos produzidos por autores de diversas instituições do país, com recortes contemporâneos e inovadores.

No dia 24 de Junho de 2021 foram apresentados os pôsteres na sala intitulada DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA II, coordenada pelas professoras Carina Lopes, Jaqueline Zanetoni e Rayssa Meneghetti.

Os trabalhos aprovados, após criteriosa avaliação, viabilizaram o diálogo, a interlocução e rica troca de conhecimento entre os pesquisadores. Como fruto dessas trocas, foram publicadas obras coletivas, que evidenciam notável rigor técnico e qualidade acadêmica.

Feitas as considerações iniciais, as coordenadoras passam para a apresentação dos 13 (treze) pôsteres que integraram a referida sala:

A autora Bruna Christine de Souza Ribeiro apresentou trabalho sobre Sistema Único de Saúde – SUS: a democratização da saúde em tempos pandêmicos, apontando a importância do trabalho do SUS como aliado no controle e no combate da COVID-19 e explicando que merece um olhar mais apurado do Estado, por se tratar de direito coletivo fundamental.

Em sequência, Camila Lourinho Bouth tratou sobre o Consórcio Interestadual Amazônia Legal, fazendo uma abordagem sobre as possibilidades paradiplomáticas ao desenvolvimento regional sustentável.

Os autores Lucas Renan Sodré Leal e Wanderson da Costa Braga analisaram as avaliações dos portais da transparência dos Municípios Paraenses durante a crise pandêmica de COVID-19, no contexto da problemática de crise sanitária e transparência pública.

Isadora Soares Correia Rodrigues pesquisou sobre a improbidade administrativa dentro da tutela ambiental, a partir de uma análise acerca da competência do administrador público para a administração ambiental.

O direito de laje como resultado de advocacy para a consecução do direito à moradia, foi o tema do trabalho apresentado por Érica Pinheiro de Albuquerque Leal.

Em seguida, Felipe Dos Santos Joseph e Isac Alaércio Dias, falaram sobre o ilícito penal e ilícito administrativo: bis in idem e presunção de inocência na infração-crime.

Os autores Ana Amélia Lobão Fadul e Og Chagas Costa Silva investigaram o tema licitações sustentáveis na nova Lei de Licitações.

A autora Ingrid Magno Da Silva pesquisou sobre o controle da omissão administrativa nos casos de mandado de segurança impetrados por candidatos aprovados em concursos públicos.

Ato contínuo, Diego Lopes expôs pôster sobre a mobilidade urbana na cidade de Belém/PA e transporte público, fazendo uma análise sobre o declínio do transporte público como estímulo ao uso/aquisição do transporte privado.

Ana Júlia Ramos Padua falou sobre as situações de “fura-fila” da vacina da covid-19 como ato de improbidade administrativa e possibilidade de criminalização desta conduta.

O compliance público como promotor do princípio da eficiência na busca da boa governança foi o tema escolhido por Guilherme Costa.

As pesquisadoras Christina Gomes de Rezende Silveira e Flávia Baracho Lotti Campos de Souza fizeram uma abordagem acerca do princípio da não surpresa nas condenações por improbidade administrativa.

Por fim, a invasão turística desregulada, com foco na relação entre crescimento do airbnb e gentrificação na cidade do Natal/RN, foi o tema inovador apresentado por Mateus Cavalcante de França Giovanna Lima Gurgel.

O nível dos trabalhos apresentados na sala de pôsteres de DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA II impressionou pela qualidade dos temas e pelo rigor metodológico. Desse modo, é inevitável que aqueles que se depararem com esta obra terão uma “Boa Leitura”!

Prof. Me. Carina Lopes – UNIJUI

Prof. Me. Jaqueline de Paula Leite Zanetoni – USP

Prof. Me. Rayssa Rodrigues Meneghetti – UIT

MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE BELÉM E TRANSPORTE PÚBLICO: UMA ANÁLISE SOBRE O DECLÍNIO DO TRANSPORTE PÚBLICO COMO ESTÍMULO AO USO/AQUISIÇÃO DO TRANSPORTE PRIVADO

Diego Lopes
Ricardo Thomaz Santos

Resumo

INTRODUÇÃO: Os problemas do sistema de transporte público de passageiros na Região Metropolitana de Belém (RMB) se acumulam há décadas, destacando-se a perda de mobilidade urbana e falta de regulação adequada do sistema. A mobilidade urbana constitui-se em um tema fundamental quando se discute desenvolvimento urbano e qualidade de vida da população. De acordo com o IPEA, no período de 2000 à 2012, o crescimento da frota nacional de veículos particulares no Brasil contribuiu sobremaneira para o comprometimento na mobilidade urbana. Nos últimos anos, os problemas nos sistemas de transporte nos grandes centros urbanos nas cidades brasileiras, tornou-se crônico. O trânsito tem consumido grande parcela do tempo dos citadinos, que passam grande parte do tempo nos congestionamentos urbanos. Diversos fatores têm levado a essa problemática entre os quais se destacam o crescimento populacional da RMB e o alto incremento da frota veicular que, somados a falta de um sistema eficiente de transporte coletivo, tem-se esse resultado.

PROBLEMA DE PESQUISA: De que forma a ausência de mobilidade urbana na cidade de Belém tem sido um estímulo ao uso/aquisição do transporte privado?

OBJETIVO: Analisar se as medidas de mobilidade urbana tem sido um estímulo intencional ao uso/aquisição do transporte privado em desfavor do transporte público como meio de locomoção.

METODOLOGIA: Para realização desse trabalho foi utilizado o método dedutivo, que basearam-se, a priori, em uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, com documentos e informações importantes para análise das políticas públicas direcionadas ao sistema de transportes na RMB, para melhoria da mobilidade urbana nos principais corredores de acesso a capital paraense.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

O sistema de transporte público de passageiros foi inserido no ambiente urbano com o propósito de assegurar a acessibilidade em meio a distribuição de usos do solo, fomentando centralidades à fixação de estabelecimentos comerciais e de moradias.

Ultimamente, tem se presenciado na cidade, os congestionamentos cada vez mais frequentes, que estão diretamente relacionados com o aumento do fluxo de transportes, do elevado crescimento populacional e consequentemente da expansão de áreas urbanizadas, fomentando o incremento da frota de veículos públicos e particulares. Tais condições desencadearam uma queda acentuada na qualidade dos serviços prestados e nas condições de mobilidade da cidade exigindo especialmente dos gestores públicos ações eficazes ao planejamento urbano.

Constatou-se que os problemas no trânsito em Belém do Pará foram agravados nas últimas décadas em virtude da maior concentração de pessoas nas cidades, da falta de planejamento urbano adequado, de incentivos à indústria automotora e do maior poder de consumo das famílias. Isso tudo provocou o que os especialistas chamam de crise de mobilidade urbana, que ocorre quando o Estado não consegue oferecer condições para que as pessoas se desloquem nas cidades.

Na maior parte dos casos os investimentos em infraestrutura de transporte urbano são capitaneados pelos municípios, focando os seus problemas locais, sem se preocupar adequadamente com a rede de transporte metropolitana, o que pode trazer impactos sobre estes serviços.

As ações destinadas à mobilidade urbana por meio de políticas de desenvolvimento, dos próprios investimentos nacionais e regionais devem assegurar satisfatoriamente uma boa circulação para o sistema de transporte viário que busque democratizar a mobilidade e acessibilidade nos espaços citadinos, sendo estas ações viabilizadas a partir de estudos e diagnósticos por meio de um Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU).

Observou-se, nos últimos anos, políticas que reforçaram o uso dos automóveis e das motocicletas e criaram desestímulos ao transporte público. As tarifas de transporte público por ônibus, por exemplo, tiveram um crescimento acima da inflação nos últimos quinze anos, ao mesmo tempo em que os principais itens associados ao transporte privado tiveram crescimento real negativo, o que significa, na prática, um processo de barateamento do uso e aquisição do transporte privado e encarecimento do transporte público. A sociedade já está percebendo isso, exemplo foram as manifestações populares de 2013, tendo um forte movimento no sentido de exigências de melhoria e barateamento do transporte público no Brasil, que, de certa forma, pôs a mobilidade urbana na agenda política brasileira.

Pensar a mobilidade urbana é, portanto, pensar sobre como se organizam os usos e a ocupação da cidade. Assim, apesar do estudo ainda ser inconclusivo (ainda não foi concluído), como conclusão parcial do presente trabalho, verificou-se que, diante dos entraves na mobilidade urbana, é necessário que o planejamento urbano seja integrado e que priorizem melhorarias nos serviços para o transporte público, diminuindo o uso do transporte particular, o que, sem

dúvidas, irá diminuir de sobremaneira o grande congestionamento dentro da Região Metropolitana de Belém (RMB), e melhorará em larga escala a qualidade de vida dos citadinos.

Palavras-chave: Planejamento Urbano, Mobilidade Urbana, Transporte Público

Referências

BELÉM. Plano de Mobilidade Urbana do Município de Belém – Plamob. Belém, 2016. Disponível em: http://planodiretor.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Plano-de-Mobilidade-de-Belem_2016.pdf. Acesso em 14 de março de 2021.

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002;

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. MOBILIDADE URBANA: AVANÇOS, DESAFIOS E PESPECTIVAS. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9186/1/Mobilidade%20urbana.pdf. Acesso em 31 de agosto de 2020;

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS: uma análise sobre as territorialidades das empresas de ônibus urbano regulamentadas na região metropolitana de Belém (2000-2012). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPa. 2015;

SANCHES JUNIOR, Paulo Fernandes. Logística de carga urbana: uma análise da realidade brasileira. Disponível em: http://www.clubbrasil.org/downloads/Sanches%20Junior%20%282008%29.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

SOARES, Lucélia Reis Santos. PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DE TRANSPORTES NA AMAZÔNIA: as Políticas Públicas para a melhoria da Mobilidade Urbana em face do Processo de Dispersão Metropolitana em Belém-Pa. Revista GeoAmazônia Belém v. 5, n. 10 p. 138–159 2017;

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. Disponível em: https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%c3%a7a.pdf. Acesso em 31 de agosto de 2020.